

COMENTÁRIO A UM LIVRO TRISTE (PARA BUSCAR ESPERANÇA): BLÜHDORN E A CRISE DO MOVIMENTO E DO PROJETO ECOEMANIPATÓRIO

José Maurício Domingues

DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE

PROFESSOR TITULAR DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (IESP-UERJ)

PESQUISADOR ASSOCIADO AO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)

A Alemanha tem sido desde há muito um dos principais centros – na verdade creio mesmo que o principal centro – de desenvolvimento do movimento ambientalista e, mais recentemente, de luta e inclusive de implementação de políticas públicas contra as causas da mudança climática. Uma verdadeira crise, todavia, se apresentou a essas forças sociais e políticas mais recentemente, sobretudo com o esgotamento do movimento Fridays for Future e outros movimentos, bem como com a participação, de 2022 a 2025, do Partido Verde no governo de coalizão “Ampel” (quer dizer, “Semáforo”, devido a compor-se de partidos com as cores vermelho, verde e amarelo, incluindo a socialdemocracia, os “verdes” e os liberais). Parecemos viver um enorme paradoxo: quanto mais a mudança climática se precipita, menos têm capacidade de organização e incidência social e política os movimentos ambientais e partidos “verdes” para enfrentá-la. É sobre essa situação que se debruça o livro de Ingolfur Blühdorn, *Unhaltbarkeit. Auf dem Weg in eine andere Moderne* (Suhrkamp, 2024) (traduzido: Insustentabilidade. Rumo a uma outra modernidade).

Trata-se de livro escrito em idioma não muito acessível, o alemão, versando sobre processos sociais e políticos muito alemães; não sei se será traduzido para o inglês. Por que então comentá-lo em uma publicação brasileira? A resposta é simples: em grande medida vale a antiga frase latina, tão ao gosto de Karl Marx: de te fabula narratur, ou seja, a história é sobre você. Senão, vejamos.

Blühdorn parte de uma discussão das ideias de Ulrich Beck, apresentadas inicialmente com o livro já traduzido *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*, originalmente de 1986, seguido por vários outros na mesma direção. Blühdorn busca confrontá-las com o cenário atual, identificando na trajetória dos Grüne (“verdes”) alemães dois elementos-chave: o primeiro seria o “projeto ecológico emancipatório” (PEE), o segundo, os “novos movimentos sociais” (NMS). Este seria o portador daquele e de certa forma Blühdorn não gasta muito tempo com ele, nem com sua projeção sobre o sistema político estatal formal, incluindo o Partido Verde. O centro de sua análise é o PEE. Ele seria composto por um complexo de elementos em cujo cerne estariam a ideia de reforma ou transformação da indústria capitalista e da sociedade de consumo, com um componente democrático-emancipatório e outro social-ecológico. Na própria obra de Beck este complexo de elementos estaria presente (Beck seria até certo ponto um intelectual do movimento, segundo Blühdorn, ainda que dele mantendo certa distância).

As esperanças depositadas no PEE e no NMS teriam sido em vão, pois eles hoje estariam marcados pelo “sentimento de falta de poder e influência políticas”. Eles teriam mesmo, problematicamente, há tempos tentado *despolitizar* a sua agenda, como se ela ficasse de pé meramente por conta de derivar da razão, e agora se surpreenderam. O sujeito democrático, que Blühdorn, de maneira bem alemã ilustrada, vincula ao sujeito autônomo kantiano, já não estaria ativo, nunca esteve realmente para além do projeto, com hoje os algoritmos da internet tendendo a definitivamente subordiná-lo. Ademais, acredita ele, os cidadãos e cidadãs têm cada vez menos possibilidades de participar politicamente, com a desorientação atual levando a uma nostalgia pelo autoritarismo. Por outro lado, a combinação de projeto de mudança social com recuperação ecológica – que passou crescentemente de uma preocupação com o meio-ambiente à luta contra a mudança climática – se esvaiu, sendo incapaz seja de transformar a indústria capitalista ou de reduzir ou ao menos reorientar o consumismo da sociedade (alemã, em primeiro lugar). Os valores civilizatórios estão também em crise. As questões ambientais e climáticas vêm sendo repolitizadas, para a surpresa dos defensores do PEE.

O tom de Blühdorn é dramático e por vezes quase apocalíptico. Ele se detém, todavia, antes de abraçar uma perspectiva catastrofista. Em lugar de anunciar o fim do mundo, faz o contrário: afirma que o mundo seguirá seu curso, aos trancos e barrancos talvez, mas seguirá. Pode ser que se configure um mundo no qual não “queremos” viver, sem isso que implique que não o “possamos” habitar. Na verdade, viajamos “rumo a outra modernidade” (subtítulo de seu livro que era também o do de Beck). Se para Beck, de modo otimista, a princípio ao menos, se esboçava nos anos 1980 uma “segunda modernidade” – altamente reflexiva e capaz de problematizar a si mesma –, para Blühdorn hoje o que se anuncia é de fato uma “terceira modernidade”, em que aquelas esperanças mostraram-se infundadas. Daí a crise dos NMS e do PEE frente ao trauma de uma profunda derrota. Teria sido, entretanto, o próprio desenvolvimento de ambos que haveria levado, dialeticamente, a sua crise: a crescente autonomia do sujeito, desenvolvida em uma direção individualista, se chocou com o consumo autônomo – promovido por um capitalismo não reformado – que a ela subjaz, com deste modo a ultrapassagem dos “limites” da natureza. Além disso, à crise mais geral da democracia se somam movimentos sociais identitários, de direita e esquerda, de caráter iliberal e com frequência altamente dogmáticos. Igualdade e inclusão recuariam em favor da diversidade e da exclusividade.

Assim, se o que se buscava era a *sustentabilidade*, desembarcamos hoje na *insustentabilidade* (e não mais simplesmente na falta de sustentabilidade), sem que, vale repetir, nada parecido ao fim do mundo esteja em questão. Por outro lado, deixando de lado a política, o discurso

ambiental foi se concentrando em uma *cientificização* que deixou a experiência concreta dos cidadãos e cidadãs na melhor das hipóteses em segundo plano. Para Blühdorn, portanto, a reação a isso se configura como um *re-empoderamento* desses agentes, o que pode passar mesmo por uma construção de fatos alternativos e teorias da conspiração. O vanguardismo dos NMS e do Partido Verde – eivado de moralismo e superioridade, ou como se poderia dizer em inglês *self-righteousness* – teriam, em larga medida, engendrado essa situação. É difícil não concordar especialmente com essa afirmação, ao ouvir-se denúncias sobre um suposto “modo de vida imperial” (abraçado pelas classes médias – que adoram por outro lado uma *Bioladen* nos bairros chiques de Berlim ou de qualquer outra cidade abastada alemã – e também por vastos setores de uma classe trabalhadora bem remunerada e partícipe da sociedade de consumo), demandas sem base social de “decrescimento” (de fato, vale notar, abandonadas por seu formulador original, Serge Latouche) e outras ideias e frases emblemáticas.

Vivemos uma transição, segundo Blühdorn, mas não sabemos para onde (com ele utilizando-se do já batido comentário de Gramsci sobre a morbidez deste tipo de situação, comentário outrossim correto). Não parece ser para um lugar e condição bonitas. Deste modo, colocando-se no campo amplo da teoria crítica – como era o caso de Beck, com sinal positivo – Blühdorn chega a conclusões igualmente pessimistas se comparado à primeira geração da Escola de Frankfurt, embora seu vocabulário e suas preocupações sejam bastante distintas.

Que fazer a partir desse diagnóstico? Originalmente os contrastes dos movimentos ambientalistas na América Latina, incluído o Brasil, e a Alemanha eram bastante grandes. Isso derivava de problemas e agendas distintas, bem como de bases sociais por vezes muito diferentes (no Brasil, por exemplo, camponeses e seringueiros estavam, junto a setores de classe média, na coluna vertebral do ambientalismo, que assumia um caráter mais exclusivamente de classe média na Alemanha).

Na própria articulação conceitual e política de Blühdorn vários problemas são evidentes. Primeiro, um diagnóstico exagerado da situação histórica e política em que se vive hoje. Sem dúvida, o ambientalismo e a questão da mudança climática retrocederam na opinião pública, paradoxalmente no momento em que os problemas do aquecimento global se agudizam. Mas a verdade é que moralismo excessivo e erros políticos tem grande responsabilidade nisso, com uma evidente arrogância se manifestando por parte dos militantes e políticos “verdes”. Sobretudo a evocação de verdades científicas absolutas e que, com soluções problemáticas, desabam nas costas das pessoas (como foi o caso do aumento do preço da gasolina na França, dando ensejo

à revolta dos “coletes amarelos”), desconsiderando a realidade e a experiência das pessoas, que então são tratadas como idiotas ou de direita, como Blühdorn observa, causaram problemas aos movimentos e ao partido. No entanto, as pessoas não deixam de se preocupar com esses problemas e não deixam de estar abertos a soluções – em particular se suas preocupações são levadas em conta. Sabe-se, ademais, que na opinião pública os problemas se destacam e recuam, com cansaço e entusiasmo ciclicamente se sobrepondo. Enfim, os resultados eleitorais dos “verdes” não foram tão ruins assim. Além disso, o partido *Die Linke* (“A esquerda”), renovado tem sua própria agenda ambientalista e de enfrentamento à mudança climática, combinada mais estreitamente à questão social, com os outros partidos pelo menos formalmente se referindo e propondo algum tipo de solução para esses problemas (afora a extrema-direita).

De qualquer modo, se o PEE era tão ambicioso (o que é um pouco discutível), era de se esperar que suas metas dificilmente seriam vitoriosas, ao menos na proporção esperada (o próprio diagnóstico de que o projeto teve sucesso e, em parte, por isso se converteu quase que em seu contrário soa, por outro lado, forçado). Além do mais, é cedo para julgar quais serão ainda seus resultados de longo prazo. Seja como for, Blühdorn em uma coisa está mais que certo: vivemos uma transição, se bem que não dá segunda para a terceira fase da modernidade, segundo a periodização que Beck e ele introduziram (de uma modernidade tradicional a uma fase reflexiva e agora a outra ainda em aberto). É da terceira para a quarta fase da modernidade que se trata – aquelas sendo a liberal-colonial, a organizada pelo Estado, a complexa, que teve o neoliberalismo e as redes em seu cerne, com hoje uma transição para uma configuração cujos contornos finais ainda estão em aberto. Nela, entre outros processos, o retorno do Estado a um papel central se evidencia, com uma forte tendência à reoligarquização dos sistemas políticos e traços autocráticos amiúde emergindo na Europa, nos Estados Unidos e nas Américas, mas de forma alguma a renúncia dos cidadãos à democracia liberal (muito pouco representativa). Na verdade, em relação a ela, eles afirmam com frequência uma perspectiva justamente crítica, sem repudiá-la. Obviamente, a mudança climática e em particular o aquecimento global serão temas centrais nessa nova fase. Quais respostas e que direção prevalecerão nela se encontra em aberto.

No que diz respeito ao estado da questão ambiental e climática hoje no Brasil e na América Latina mais geralmente, alguns ensinamentos podem ser derivados do diagnóstico de Blühdorn. Isso é o que talvez mais motive este comentário.

Em primeiro lugar que o moralismo não ajuda. Ele está muito visível, aberta ou veladamente, no discurso de correntes que desqualificam qualquer coisa que não seja decrescimento,

pós-desenvolvimento, pós-extrativismo, Suma Kawsay, pós ou descolonialismo, virada ontológica e denúncia de supostas perversões da modernidade e da razão moderna – e daí por diante. Um catastrofismo bastante ingênuo se espalha, anunciando um “fim do mundo” que não virá, ainda que saibamos que, como sempre, serão os mais pobres e vulneráveis que pagarão mais pelas mudanças do clima. Ou seja, haveria uma nova vanguarda “verde” que sabe mais que todos aquelas outras cidadãs e cidadãos que pouco ou nada têm a ver com esses discursos. Sequer se escutam as pessoas e suas demandas, e bloqueiam-se opiniões divergentes, ensimesmados e tão satisfeitos que estão com suas certezas. Nem de longe são todas as correntes ambientalistas assim, mas as que compartilham desse discurso – que via de regra contradiz suas próprias práticas e estilo de vida – vão se tornando muito influentes e, por outro lado, se isolando em seu próprio mundo.

Mais generalizado é o uso da ciência – calcada na tão criticada razão supostamente ocidental –, no que o ambientalismo e os discursos de combate à mudança climática na América Latina se assemelham ao PEE e os NMS alemães. Reitera-se uma cientificização do discurso e um afastamento da experiência das pessoas, com a repetição das certezas baseadas no conhecimento científico. Obviamente as evidências são esmagadoras e indicam que realmente atravessamos uma emergência climática. Isso não quer dizer, contudo, que esse descolamento entre evidências científicas – que não são absolutas, em particular porque se baseiam em *modelos* científicos (estatísticos) incompletos – e experiência concreta de vida da cidadania (se bem que eventos extremos têm ocorrido e afetado um enorme número de pessoas, o vínculo com a o aquecimento global não é nem imediato, nem óbvio, além de que comprovar a responsabilidade de governantes na falta de medidas para proteger a população nem sempre é fácil, com a esquerda realmente comprometida com mitigação e adaptação hoje muito fragilizada e, portanto, mais raramente aparecendo como efetiva alternativa). No Brasil, em particular, no clima de desmobilização geral atual, não há propriamente um movimento ambientalista, o que complica ainda mais a situação, pois ele poderia fazer a ponte, com temáticas mais concretas, entre a cotidianidade da experiência dos efeitos nocivos do desenvolvimento capitalista e o cunho mais abstrato da mudança climática (à qual a cada evento extremo ou onda de calor quer-se responsabilizar, sem que haja direta evidência de uma relação de causalidade do aquecimento global sobre tais eventos). Na Alemanha *Die Linke* vem aos poucos tentando mais uma vez juntar essas pontas soltas, ao passo que aos “verdes” vem se impondo a necessidade de se reinventar, deixando de lado a pecha de elitista.

Evidentemente, nosso maior problema é o negacionismo e o obstrucionismo climático e todos os esforços em curso para destruir ainda mais o meio-ambiente impulsionados pela extrema-direita e um Congresso nacional aberto a qualquer lobby capitalista atrasado e predador que

apareça. Mas isso não isenta as forças ambientalistas de examinar onde podem equivocar-se e reduzir sua influência no debate em curso. Ele tem que ser politizado e trazer para seu lado a maioria da sociedade, juntando os problemas que afetam diretamente as populações e os elementos que a ciências vem revelando sobre a difícil situação que enfrentamos – sem supor que isso nos vá levar ao “fim do mundo”, como alguns até gostariam que levasse, com uma suposta “vingança de Gaia” destruindo a civilização moderna. Obviamente, como tudo na vida, avanços materiais e simbólicos proporcionados pela modernidade – mas não apenas por ela, pois há processos anteriores – geraram grandes problemas. Mas é quando estes se colocam que a demanda por respostas se apresenta. Não é sempre fácil enfrentá-los. Seja porque as soluções não são simples – e neste caso não são –, seja porque a política não as facilita, o que também é um problema que se põe quando agendas complexas se enfrentam a interesses poderosos e hábitos arraigados. À batalha, portanto, sem esquecer da autoreflexividade em que Ulrich Beck tanto confiou. Para isso, o balanço crítico proposto por Blühdorn dá pano para manga.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2025.